



# CARUANA

FIDES - HONOR - LABOR

Demonstrações Contábeis  
31 de dezembro de 2025

---

# CARUANA S.A. - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2025

## Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Prezados Acionistas e Administradores,

Apresentamos para apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Caruana S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Caruana" ou "Sociedade"), relativas ao exercício findo em 31/12/2025, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

### CENÁRIO MERCADO DE TRANSPORTE

Ao longo do exercício de 2025, o setor de transporte coletivo de passageiros apresentou estabilidade em seus principais indicadores operacionais, destacando-se a manutenção do volume de passageiros equivalentes transportados e da quilometragem total produzida. Observa-se uma consolidação gradual da demanda, ainda que em patamares inferiores aos níveis pré-pandemia.

O ambiente macroeconômico permaneceu desafiador durante o período com taxas de juros elevadas, impactando as condições de crédito e as decisões de investimento do setor. Nesse contexto, as empresas operadoras de transporte coletivo mantiveram uma postura conservadora em relação à renovação de frota, concentrando-se, majoritariamente, no cumprimento das substituições obrigatórias previstas nos contratos de concessão, bem como na preservação e otimização dos ativos existentes.

Para o exercício de 2026, as perspectivas para o segmento de transporte coletivo por ônibus são favoráveis. A expectativa de redução das taxas de juros, associada à continuidade da recuperação gradual da demanda e à possível evolução de políticas públicas voltadas à mobilidade urbana e à sustentabilidade, tendem a contribuir para a manutenção de um desempenho operacional consistente. Ainda assim, o setor deverá permanecer atento aos desafios relacionados ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, à evolução dos custos operacionais e à necessidade de investimentos em modernização, eficiência e transição energética.

## RESULTADOS

### ATIVOS E CARTEIRA DE CRÉDITO

A Caruana encerrou o exercício de 2025 com um total de ativos de R\$ 1.110.255 mil dos quais as operações de crédito representam R\$ 983.470 mil, indicando redução de 0,94% no exercício.

### CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Adotando uma postura conservadora, a Caruana mantém sua estratégia de captação de recursos por meio de uma ampla rede de corretoras, aliada à atuação de sua própria estrutura de distribuição. As emissões são conduzidas sem previsão de resgate antecipado, preservando, assim, um elevado nível de liquidez.

A Caruana encerrou o exercício de 2025 com um total de R\$ 945.579 mil em recursos captados contra R\$ 952.462 mil em 30 de junho de 2025, apresentando redução de 0,72% no período.

### PATRIMÔNIO E LUCRO LÍQUIDO

A Sociedade encerrou o exercício com resultado negativo de R\$ 5.776 mil. Tal desempenho foi impactado, principalmente, pela implementação das novas regras de contabilização de provisões para perdas esperadas, conforme estabelecido nas Resoluções CMN nº 4.966 e BCB nº 352. O Patrimônio Líquido totalizou R\$ 128.912 mil, frente aos R\$ 133.954 mil apurados em 30 de junho de 2025.

## RECEITAS

Em consonância com seu planejamento estratégico, a Caruana vem direcionando esforços para ampliar suas receitas por meio de operações de crédito e prestação de serviços.

No exercício de 2025, observou-se uma redução significativa no resultado contábil das receitas de serviços, sobretudo na rubrica de tarifa de contratação de crédito. Tal movimento decorre da alteração nas normas contábeis de reconhecimento de receita, que passaram a determinar o diferimento de sua apropriação ao longo da vigência das operações.

Somadas, as receitas de intermediação financeira (operações de crédito) e de prestação de serviços apresentaram aumento de 0,32% em relação ao exercício anterior, totalizando R\$ 217.066 mil em 2025, ante R\$ 216.366 mil registrados no exercício de 2024.

Adicionalmente, o resultado foi impactado por investimentos em tecnologia e por despesas relacionadas à implantação de serviços de meios de pagamento destinados ao setor de transporte de passageiros.

## INDICE DE BASILÉIA

O Patrimônio de Referência representou 12,49% dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) em dezembro de 2025, evidenciando assim, ampla margem em relação ao mínimo regulatório exigido pelo Banco Central do Brasil (10,50%). Os relatórios detalhados sobre a estrutura de gerenciamento de capital, de risco operacional, mercado, liquidez, crédito e socioambiental encontram-se disponíveis ao público no site da Sociedade.

## DESTAQUES

A Caruana manteve no exercício de 2025 sua classificação de **Investment Grade**, divulgada pela agência **Standard & Poor's**, com manutenção da perspectiva estável.

A Sociedade continua em franca operação como Instituição de Pagamento, aumentando ainda mais sua atuação no segmento de varejo por meio da prestação de serviços de pagamento, atendendo ao público alvo do segmento mediante a emissão de cartões pré-pagos e pós-pagos com uma das principais bandeiras do mercado.

Alinhado a sua estratégia, a Caruana permanece operando com o Fundo Garantidor de Investimento (**FGI Tradicional – BNDES**), configurando-se como a primeira instituição a ser aprovada dentro dos novos conceitos de habilitação.

Adicionalmente, no primeiro semestre de 2025, a Caruana obteve habilitação junto à Caixa Econômica Federal para participação no **Programa de Renovação de Frota do Transporte Público Coletivo Urbano (REFROTA)**. O programa tem como objetivo viabilizar a substituição e modernização da frota de ônibus em circulação no país, por meio de linhas de financiamento específicas. A habilitação da Caruana nesse programa reforça seu posicionamento estratégico no setor de mobilidade, permitindo ampliar sua atuação no financiamento de projetos voltados à renovação e modernização do transporte coletivo de passageiros.

A Sociedade segue investindo em seus Colaboradores com treinamentos, benefícios e instrumentos que possibilitem sua satisfação no âmbito da organização, pois em conjunto com clientes, fornecedores e sistemas de gestão corporativa de informações, constituem seus maiores valores.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pelo apoio e confiança, bem como aos nossos colaboradores pela dedicação, fatores estes preponderantes para o desenvolvimento e crescimento da Sociedade.

São Paulo, 20 de março de 2026.

**A Administração**

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas e Diretoria da  
Caruana S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento  
São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Caruana S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caruana S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

Demonstrações contábeis comparativas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2025, que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966, do Conselho Monetário Nacional, e na Resolução BCB nº 352, do Banco Central do Brasil. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2026.

Caruana S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2025
Diponibilidades	4	8.756
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>988.037</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	5	<b>35.015</b>
<b>Titulos e Valores Mobiliários</b>	6	<b>22.127</b>
Cotas de Fundos de Investimento		1.150
Vinculados a prestação de garantias		20.977
<b>Relações Interfinanceiras</b>		<b>24.686</b>
<b>Operações de Crédito</b>		<b>902.935</b>
Setor privado – Empréstimos	7a	497.470
Setor privado – Financiamentos	7a	483.991
(-) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7b,7f e 7g	(78.526)
<b>Outros Créditos</b>	9	<b>3.274</b>
Valores a receber relativos a transações de pagamento	7a e 7g	357
(-) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7b,7f e 7g	(20)
Diversos		2.937
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>56.412</b>
Outros valores e bens	10	53.942
(-) Provisão para desvalorização	10	(1.362)
Despesas antecipadas		3.832
<b>Ativos Fiscais Diferidos</b>	9a	<b>54.011</b>
<b>Investimentos</b>		<b>270</b>
Outros Investimentos		270
<b>Imobilizado de Uso</b>		<b>791</b>
Outras imobilizações de uso		4.146
(-) Depreciações acumuladas		(3.355)
<b>Intangível</b>		<b>1.978</b>
Ativos intangíveis		9.734
(-) Amortização acumulada		(7.756)
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.110.255</b>

Passivo	Nota	31/12/2025
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>969.909</b>
<b>Depósitos</b>		<b>968.386</b>
Depósitos a prazo	11	944.056
Outros depositos	11a	24.330
<b>Recursos de Aceites Cambiais</b>		<b>1.523</b>
Recursos de aceites cambiais	11	1.049
Recursos de aceites letras financeiras	11	474
<b>Relações Interfinanceiras</b>		<b>122</b>
Transações de pagamento		122
<b>Outras Obrigações</b>		<b>11.312</b>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		975
Fiscais e previdenciárias	12a	884
Provisão para riscos	12b e 13b1	4.944
Diversas	12b	4.509
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>128.912</b>
Capital Social	14a	131.964
(+/-) Ajuste de avaliação patrimonial	14f	1
Prejuizos Acumulados		(3.053)
<b>Total do Passivo</b>		<b>1.110.255</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Caruana S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento**  
**Demonstração do resultado para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025**  
**(Em milhares de reais, exceto o (prejuízo)/lucro por lote de mil ações)**

	Nota	<u>2º semestre</u> <u>2025</u>	<u>Exercício</u> <u>2025</u>
<b>Receitas de intermediação financeira</b>		<b>112.153</b>	<b>220.777</b>
Operações de crédito	7i e 8b	105.497	209.119
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6	2.157	3.622
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5	4.499	8.036
<b>Despesas de intermediação financeira</b>		<b>(93.110)</b>	<b>(174.105)</b>
Operações de captação no mercado	11a	(82.451)	(154.322)
(Provisões) para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7g	(10.659)	(19.783)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>19.043</b>	<b>46.672</b>
<b>Outras receitas/(despesas) operacionais</b>		<b>(28.309)</b>	<b>(57.071)</b>
Receitas de prestação de serviços	15	4.042	7.947
Despesas de pessoal		(6.216)	(12.103)
Outras despesas administrativas	17	(23.398)	(46.611)
Provisões para riscos		(53)	(250)
Despesas tributárias		(1.999)	(4.127)
Outras receitas operacionais	16a	26	39
Outras despesas operacionais	16b	(711)	(1.966)
<b>Resultado operacional</b>		<b>(9.266)</b>	<b>(10.399)</b>
<b>Resultado não operacional</b>		<b>2.508</b>	<b>2.444</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>		<b>(6.758)</b>	<b>(7.955)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social corrente</b>	18a	730	(3.290)
<b>Imposto de renda e contribuição social diferido</b>	18a	1.423	5.469
<b>(Prejuízo) do Semestre/exercício</b>		<b>(4.605)</b>	<b>(5.776)</b>
<b>Número de Ações - Média Ponderada</b>		<b>86.357.004</b>	<b>86.357.004</b>
<b>(Prejuízo) por lote de mil ações - Básico e Diluído - R\$</b>		<b>(53,33)</b>	<b>(66,89)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Caruana S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento**  
**Demonstração do resultado abrangente para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025**  
**(Em milhares de reais)**

	<b>2º Semestre</b>	<b>Exercício</b>
<b>Nota</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2025</b>
<b>Prejuízo do semestre/exercício</b>	<b>(4.605)</b>	<b>(5.776)</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>(2)</b>	<b>1</b>
Ativos financeiros mensurados a VJORA	(3)	2
Imposto de renda e contribuição social	1	(1)
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>(4.607)</b>	<b>(5.775)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caruana S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento  
 Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025  
 (Em milhares de reais)

				Reservas de lucros		Ajustes de	(Prejuízos)	Total
		Capital Social	Aumento deCapital	Legal	Especial	Avaliação Patrimonial	acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	nota	127.714	4.250	1.171	7.646	-	-	140.781
Ajuste Adoção Inicial - Resolução 4.966/21 do CMN	22						(4.528)	(4.528)
Saldos em 01 de janeiro de 2025		127.714	4.250	1.171	7.646	-	(4.528)	136.253
Aumento de Capital	14	4.250	(4.250)	-	-	-	-	-
Absorção de prejuízos		-	-	(1.171)	(6.515)	-	7.686	-
Dividendos pagos	14c	-	-	-	(1.131)	-	(435)	(1.566)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(5.776)	(5.776)
MTM de Títulos mensurados a VJORA	14f	-	-	-	-	1	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2025		131.964	-	-	-	1	(3.053)	128.912
Saldos em 30 de junho de 2025		131.964	-	1.171	816	3	-	133.954
Absorção de prejuízos		-	-	(1.171)	(816)	-	1.987	-
Dividendos pagos		-	-	-	-	-	(435)	(435)
Prejuízo do semestre		-	-	-	-	-	(4.605)	(4.605)
MTM de Títulos mensurados a VJORA		-	-	-	-	(2)	-	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		131.964	-	-	-	1	(3.053)	128.912

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Caruana S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento**  
**Demonstração dos fluxos de caixa**

**Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025**

**(Em milhares de reais)**

	<b>Nota</b>	<b>2º Semestre</b>	<b>Exercício</b>
		<b>2025</b>	<b>2025</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro líquido ajustado do semestre</b>		<b>4.872</b>	<b>9.222</b>
Prejuízo líquido do semestre		(4.605)	(5.776)
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido		<b>9.477</b>	<b>14.998</b>
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7g	10.659	19.783
PDD complementar CMN 4966/21 e Res.BCB 352/23	22	-	(4.528)
Depreciações e amortizações		511	1.061
Provisão para desvalorização de outros valores e bens		408	666
Impostos diferidos e correntes		(2.154)	(2.180)
Provisões para contingências		53	196
<b>Varição de ativos e passivos</b>		<b>4.223</b>	<b>1.363</b>
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		(7.015)	(5.001)
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários		(1.494)	3.875
(Aumento)/Redução em Relação Interfinanceiras		(2.981)	20.284
Redução em operações de crédito		10.137	79.939
Redução em outros créditos		8.497	3.796
Redução/(Aumento) Redução em outros valores e bens		5.174	(19.050)
(Redução) em outras obrigações		(810)	(7.605)
(Redução) em depósitos a prazo		(5.309)	(57.807)
Aumento/(Redução) em outros depósitos		2.040	(4.279)
(Redução) em recursos de aceites cambiais		(1.574)	(7.813)
(Redução) em Relações Interfinanceiras		(86)	(177)
IRPJ e CSLL pagos		(2.108)	(4.408)
Trabalhistas - Processos pagos	13	(248)	(391)
<b>Caixa líquido (aplicado)/gerado nas atividades operacionais</b>		<b>9.095</b>	<b>10.585</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de Imobilizado		(127)	(133)
Aquisição de Intangível		(901)	(917)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento</b>		<b>(1.028)</b>	<b>(1.050)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
MTM de títulos mensurados VJORA		(2)	1
Dividendos pagos	14c	(435)	(1.566)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento</b>		<b>(437)</b>	<b>(1.565)</b>
<b>(Diminuição) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>7.630</b>	<b>7.970</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	4	1.126	786
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	4	8.756	8.756
		<b>7.630</b>	<b>7.970</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. Contexto operacional

A Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Caruana” ou “Instituição”), sociedade anônima de capital fechado, situada na Av. do Café 277, 4º andar conjunto 402 – Torre A, tendo como controladora a Caruana S.A Participações e Empreendimentos, iniciou suas atividades em 26 de fevereiro de 2008 por meio da autorização para funcionamento concedida pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), publicada no Diário Oficial da União no dia 2 de janeiro de 2008.

Em 15 de fevereiro de 2017, fomos autorizados pelo BACEN a prestar serviços de pagamento em arranjos de pagamentos integrantes do Sistema Brasileiro de Pagamentos (SPB), na modalidade de emissora de moeda eletrônica (IP), possibilitando, assim, sua continuidade como administradora de meios eletrônicos de pagamento, originalmente previsto como atividade complementar em seu objeto social.

Os objetivos estratégicos estabelecidos e aprovados pelo BACEN são observados em sua totalidade e consistem na concessão de crédito, financiamento e investimento para o setor de mobilidade urbana, especialmente por meio do crédito direto ao consumidor para financiar a aquisição de ônibus novos e seminovos, bem como na realização de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à sua carteira, de acordo com as disposições legais e regulamentares na condução de seus negócios.

Em 31 de dezembro de 2025, as atividades da Instituição foram pautadas:

- a) na continuidade e ampliação do seu mercado foco de atuação (empréstimo e financiamento ao setor de transporte coletivo de passageiros e sua cadeia produtiva);
- b) continuidade de sua atuação como Administradora de Meio Eletrônico de Pagamentos; e
- c) comercialização de novos produtos de meio eletrônico de pagamentos (cartão pré-pago e cartão pós-pago), direcionados, exclusivamente, ao setor de atuação da Instituição.

## 2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Essas práticas compreendem as disposições da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), e suas alterações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) normas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo próprio BACEN e, quando aplicável, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados por meio de atos normativos específicos.

A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis pela Administração, baseadas em julgamentos, premissas e informações disponíveis na data de sua elaboração. Dentre os principais elementos sujeitos a estimativas estão: provisões para perdas associadas à realização de ativos e recuperação de créditos, provisões para contingências, avaliação de instrumentos financeiros a valor justo (marcação a mercado), provisões para perdas esperadas com operações de crédito, bem como o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos.

As estimativas e premissas utilizadas são periodicamente revisadas pela Administração, ao menos semestralmente, e podem sofrer alterações em função de novas informações ou mudanças no ambiente econômico e regulatório. Os resultados reais das transações podem divergir das estimativas inicialmente utilizadas, em razão das incertezas inerentes ao processo de mensuração.

### Adoção de novas normas:

A partir de 1º de janeiro de 2025, passaram a vigorar as Resoluções CMN nº 4.966/2021, suas alterações posteriores, e BCB nº 352/2023, que introduziram mudanças significativas nas normas contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, sendo adotadas de forma prospectiva.

Como principais impactos, destacam-se:

- **Classificação e mensuração de ativos financeiros:** os ativos passam a ser classificados com base no modelo de negócios da instituição e nas características contratuais dos fluxos de caixa (teste de SPPJ – Somente Pagamentos de Principal e Juros), nas categorias: custo amortizado (CA), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR)
- **Reconhecimento de receitas e encargos financeiros:** receitas e custos diretamente vinculados à originação ou emissão de instrumentos financeiros devem ser apropriados ao resultado pelo método da taxa efetiva de juros, quando considerados materiais;
- **Suspensão da apropriação de juros:** os juros deixam de ser apropriados a partir do momento em que o ativo financeiro for caracterizado como de problema de recuperação de crédito (ativo problemático);
- **Modelo de perda esperada:** o reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito passa a ser feito com base no modelo de perda esperada, conforme critérios definidos na Resolução BCB nº 352/2023, o que antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência da inadimplência;
- **Renegociação e reestruturação:** foram definidos novos critérios contábeis para mensuração e apresentação de operações renegociadas ou reestruturadas; e
- **Baixa de ativos financeiros:** os ativos financeiros passam a ser baixados para prejuízo a partir do momento em que não houver mais expectativa razoável de recuperação por parte da Instituição.

Além disso, as alterações foram acompanhadas de medidas operacionais e sistêmicas:

- **Instruções Normativas BCB nºs 493 a 500/2024:** os eventos contábeis e os registros dos ativos e passivos financeiros foram ajustados conforme o novo plano de contas e estrutura operacional definidos por essas instruções.
- **Resolução CMN nº 4.975/2021:** estabelece os critérios contábeis específicos para operações de arrendamento mercantil, aplicáveis às instituições financeiras e demais entidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

Lei nº 14.467/2022: essa norma alterou a legislação tributária federal, permitindo a realização fiscal de créditos tributários referentes a perdas esperadas com ativos financeiros, com base no novo modelo contábil introduzido pelas normas do BACEN. A lei alterou, entre outros pontos, os arts. 12 e 13 da Lei nº 9.430/96, e autoriza que valores contabilizados a título de perda esperada sejam deduzidos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, observadas as condições, limites e prazos regulamentares. Dessa forma, promoveu maior convergência entre o tratamento contábil e o fiscal das perdas com risco de crédito.

A Instituição optou por adotar a disposição transitória prevista no art. 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021, com suas alterações posteriores, a qual **permite à instituição não apresentar informações comparativas de períodos anteriores**, em decorrência das mudanças introduzidas na classificação, mensuração e contabilização de perdas de crédito esperadas aplicáveis a instrumentos financeiros.

Os efeitos da adoção inicial dos novos critérios contábeis estabelecidos pela referida Resolução foram reconhecidos, em 1º de janeiro de 2025, diretamente em lucros ou prejuízos acumulados, líquidos dos efeitos tributários, conforme previsto no regime de transição nota explicativa nº 22.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 20 de março de 2026.

### 3. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente durante os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

#### a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência, considerando rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, **pro rata die**, incidentes sobre os ativos e passivos até a data do balanço.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, sendo os rendimentos relativos a períodos futuros apropriados em contas redutoras dos respectivos ativos ou passivos. Já as operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis, conforme os índices pactuados contratualmente.

#### b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por dinheiro em caixa, depósitos bancários em moeda nacional e estrangeira, estas últimas convertidas para Reais pela taxa de câmbio do último dia do mês de fechamento do balanço, conforme divulgado pelo Banco Central do Brasil bem como por investimentos de curto prazo de alta liquidez, incluindo aplicações interfinanceiras de liquidez, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na nota explicativa nº 4.

#### c) Aplicação interfinanceira de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

A composição das aplicações interfinanceiras de liquidez estão apresentadas na nota explicativa nº 5.

#### d) **Instrumentos Financeiros**

##### **i) Reconhecimento Inicial**

Um ativo ou passivo financeiro, com exceção das operações de crédito, das operações com características de concessão de crédito e dos depósitos de clientes, é reconhecido contabilmente quando a Instituição se torna parte das disposições contratuais do instrumento financeiro, o que geralmente ocorre na data da negociação.

As operações de crédito e com características de concessão de crédito são reconhecidas na data da liberação dos recursos ao tomador.

A classificação dos instrumentos financeiros no reconhecimento inicial considera os termos contratuais do instrumento e o modelo de negócios adotado pela instituição para a gestão dos ativos e passivos financeiros.

A mensuração inicial é realizada pelo valor justo na data de aquisição, originação ou emissão do instrumento financeiro. Para os instrumentos que não são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão são incorporados ao valor contábil inicial.

### **ii) Modelo de Negócio**

A classificação dos ativos financeiros é determinada com base no modelo de negócios adotado pela Instituição para a gestão desses ativos, fazendo com que eles sejam mensurados:

- Custo Amortizado: ativos financeiros mantidos para recebimento de fluxos de caixa contratuais, representando pagamentos de principal e juros.
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): ativos financeiros mantidos para recebimento de fluxos de caixa contratuais e venda, quando os fluxos de caixa representam apenas principal e juros.
- Valor Justo por meio do Resultado (VJR): ativos financeiros que não atendem aos critérios de classificação anteriores.

Os instrumentos financeiros estão classificados, conforme demonstrado no quadro abaixo:

<b>Classificação dos instrumentos financeiros</b>	
<b>Compromissadas - Posição Bancada</b>	Custo amortizado
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	Valor Justo por meio outros resultados abrangentes
<b>Cotas de fundos de investimento</b>	Valor Justo meio do resultado
<b>Operações de crédito</b>	Custo Amortizado
<b>Depósitos a prazo</b>	Custo Amortizado
<b>Letras de câmbio</b>	Custo Amortizado
<b>Letras Financeiras</b>	Custo Amortizado

### **iii) Teste de SPPJ (Somente Pagamento de Principal e Juros)**

Para fins de classificação contábil, os ativos financeiros passam pelo teste de SPPJ, que avalia se os fluxos de caixa contratuais representam unicamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal. Caso não cumpram esse critério, são classificados ao valor justo por meio do resultado.

O modelo de negócios é avaliado considerando a forma de gestão dos ativos, os riscos que afetam o desempenho, a forma de remuneração dos gestores e a forma de avaliação de desempenho reportada à Administração.

### **iv) Hierarquia do Valor Justo**

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser negociado ou um passivo liquidado, entre partes independentes, conhecedoras do mercado e dispostas a realizar a transação em condições normais e competitivas, na data da mensuração.

A mensuração dos instrumentos financeiros é realizada com base na hierarquia de valor justo, conforme definida a seguir:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem, entre outros, títulos públicos federais, ações de companhias abertas, posições em contratos futuros e cotas de fundos de investimento com liquidez imediata.
- Nível 2: Técnicas de avaliação baseadas em dados observáveis, direta ou indiretamente, nos mercados. Abrangem, por exemplo, derivativos negociados no mercado de balcão e cotas de fundos de investimento com liquidez restrita.
- Nível 3: Técnicas de avaliação baseadas em dados não observáveis no mercado, aplicáveis quando não há informações disponíveis relevantes de mercado.

No período de referência, não houve reclassificações entre os níveis da hierarquia de valor justo

## **v) Baixa de Instrumentos Financeiros**

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa expiram ou quando ocorre a transferência substancial dos riscos e benefícios associados. Os passivos financeiros são baixados quando extintos contratualmente ou liquidados.

### **vi) Ativos Financeiros com Problemas de Recuperação de Crédito**

São classificados como problemáticos os ativos financeiros que apresentem uma ou mais das seguintes condições:

- Atraso superior a 90 dias no pagamento de principal ou encargos contratuais;
- Reestruturação decorrente de renegociação que não atenda aos critérios mínimos definidos pela Instituição para considerar a operação como renegociação regular;
- Decretação de falência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, ou atos similares em relação à contraparte, salvo se houver comprovação documental de que a obrigação será integralmente honrada;
- Descumprimento de cláusulas contratuais relevantes; e
- Indicação de deterioração da situação de crédito da contraparte, com aumento significativo do risco identificado nos processos de revisão periódica.

Durante o período em que o ativo se mantiver classificado como problemático, é suspenso o reconhecimento de receitas financeiras que não tenham sido efetivamente recebidas.

Ativos renegociados ou reestruturados podem ser reclassificados como não problemáticos mediante atendimento dos critérios de “cura”, conforme política interna, incluindo, mas não se limitando a:

- Ausência de parcelas vencidas;
- Pagamento consecutivo de, no mínimo, 6 parcelas, ou amortização correspondente a pelo menos 5% do valor total da dívida;

- Reversão judicial favorável à Instituição; e
- Reavaliação individual que comprove a ausência de risco relevante.

Nos casos de renegociação com agravamento do risco de crédito — como concessão de carência superior a 3 meses, redução de taxa sem justificativa comercial ou refinanciamento com prejuízo contábil — o ativo será caracterizado como reestruturado.

Casos de falência decretada não admitem reversão da classificação como ativo problemático.

A baixa contábil para prejuízo é realizada quando não houver expectativa razoável de recuperação do crédito e a perda esperada atingir 100% do valor contábil do ativo.

### **vii) Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito**

O Instituição constitui provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme aplicável, para os seguintes instrumentos financeiros:

- Operações de crédito;
- Operações com características de concessão de crédito;
- Compromissos de crédito e créditos a liberar; e

Em atendimento à Resolução BCB nº 352/23 e por integrar o segmento prudencial "S4", a instituição adota a metodologia simplificada para mensuração da perda esperada, baseada na classificação das operações conforme as garantias vinculadas e o nível de inadimplência.

As operações de crédito da instituição estão classificadas nas carteiras C2 a C5.

**Carteira C1** – Créditos garantidos por alienação fiduciária de imóveis; e créditos com garantia fidejussória da União, de governos centrais estrangeiros, bancos centrais, organismos multilaterais e entidades multilaterais de desenvolvimento.

**Carteira C2** – Créditos garantidos por hipoteca de 1º grau, penhor ou alienação fiduciária de bens móveis, depósitos bancários, ativos financeiros públicos ou emitidos por instituições autorizadas pelo Bacen, garantia fidejussória dessas instituições ou seguro de crédito emitido por entidade não relacionada, nos termos da Resolução CMN nº 4.818/20.

**Carteira C3** – Créditos de operações com cessão fiduciária ou caução de recebíveis, com seguro de crédito ou garantias reais ou fidejussórias não enquadradas nas carteiras C1 ou C2.

**Carteira C4** – Operações de capital de giro, ACC, ACE, debêntures e outros títulos de empresas privadas sem garantia, além de crédito rural para investimentos sem garantias.

**Carteira C5** – Crédito pessoal (com ou sem consignação), CDC, crédito rural não classificado na C4, crédito rotativo e operações mercantis ou com características de crédito sem garantias, não abrangidos nas carteiras anteriores.

## **A metodologia considera os seguintes conceitos:**

**Ativos financeiros não problemáticos:** ativos que não apresentam problemas de recuperação de crédito. A provisão é calculada conforme os percentuais do Anexo II da Resolução BCB nº 352/23.

**Ativos financeiros problemáticos não inadimplidos:** ativos com problemas de recuperação não decorrentes de atraso superior a 90 dias (como operações reestruturadas ou com aspectos qualitativos). Aplicam-se os percentuais do art. 78, inciso II, da Resolução BCB nº 352/23.

**Ativos financeiros inadimplidos:** ativos com atraso superior a 90 dias. A provisão é calculada com base nos percentuais do Anexo I da Resolução BCB nº 352/23, acrescida dos percentuais adicionais do art. 78, inciso III.

Essa abordagem visa estimar as perdas potenciais de crédito considerando o horizonte temporal de exposição ao risco, conforme exigido pela Resolução BCB nº 352/23.

### **e) Outros valores e bens**

São reconhecidos os bens de uso não próprio na data do seu recebimento pela Instituição e são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução que lhe deu origem ou o valor justo do bem, líquido de despesas.

## **Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)**

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do semestre. No exercício de 2025 não houve redução ao valor recuperável dos ativos financeiros.

### **f) Imobilizado e intangível**

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a., para sistema de processamento de dados e veículos, e 10% a.a., para os demais itens.

Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são amortizados com base em 5 anos, sendo testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

### **g) Depósitos e letras cambiais/Imobiliárias**

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro-rata dia.

#### **h) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro líquido, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o IRPJ determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável superior a R\$ 240 e a CSLL pela alíquota de 15% (16% no período de agosto a dezembro 2022).

Os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são calculados sobre adições e exclusões temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, quando ativados são constituídos pelas alíquotas vigentes nas datas de expectativa de realização, como apresentado para imposto de renda e contribuição corrente. Os ativos fiscais diferidos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração, conforme resolução nº 4.842/20 do CMN.

A Lei nº 14.467/22, que produz efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025, determinou novos critérios para fins de dedutibilidade das perdas incorridas no recebimento de créditos, agora reconhecidas contabilmente de acordo com a Resolução BCB nº 352/23. Os critérios decorrentes desta norma são aplicáveis ao IRPJ e à CSLL, e permitem a dedução de créditos inadimplidos por mais de 90 dias ou de devedores em falência ou recuperação judicial.

O valor dedutível será apurado com base em fatores “A” e “B”, definidos conforme o tipo de operação e as garantias envolvidas, sendo vedada a dedução de operações com partes relacionadas ou residentes no exterior.

#### **i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com o pronunciamento técnico CPC 25, emitido pelo CPC, obedecendo aos seguintes critérios:

**Contingências ativas** - não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

**Provisões e passivos contingentes** - são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

**Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

#### **j) Lucro por ação**

Seguindo as orientações divulgadas pelo CPC 41, o lucro por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o período - número de ações ordinárias totais com os acionistas no início do período, ajustado pelo número de ações ordinárias readquiridas ou emitidas durante o período, multiplicado por fator ponderador de tempo (número de dias que as ações estão com os acionistas como proporção do número total de dias do período).

Considera-se como data de recebimento a data em que a instituição obteve a posse, o domínio e o controle do bem, observadas as particularidades legais e características de cada tipo de ativo.

#### k) Resultado Não Recorrente

A instituição considera resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A Administração informa que não houve resultados não recorrentes no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025
Disponibilidades em moeda nacional	8.349
Disponibilidades em Moedas Estrangeiras	407
Aplicações em Operações Compromissadas (Nota 5)	35.015
<b>Total</b>	<b>43.771</b>

#### 5. Instrumentos Financeiros

##### Aplicações interfinanceiras de liquidez

	31/12/2025		
Aplicações em Operações Compromissadas - Posição Bancada	Circulante	Não Circulante	Total
Revenda a liquidar-Posição Bancada (LTN) (i)	35.015	-	35.015
<b>Total</b>	<b>35.015</b>	<b>-</b>	<b>35.015</b>

(i) Custodiados no sistema especial de liquidação e custódia (SELIC) e Mensuração - Nível 1 - Obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez foi de R\$ 8.036.

## 6. Títulos e valores mobiliários

		31/12/2025				
Vencimento		Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Ajuste MTM	Mercado/Contábil
Títulos Públicos – LFT (ii)	mar/27	-	-	12.384	1	12.385
Títulos Públicos – LFT (ii)	set/26	-	8.583	-	9	8.592
Cotas de fundos de investimento (i)	Sem vencimento	1.150	-	-	-	1.150
<b>Total</b>		<b>1.150</b>	<b>8.583</b>	<b>12.384</b>	<b>10</b>	<b>22.127</b>

- (i) Cotas patrimoniais do BNDES para operações com garantias do FGI-TR; e
- (ii) Os títulos possuem negociações ativas e foram ajustados com base nas informações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA, sendo classificados no nível 1 da hierarquia de valor justo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários foi de R\$ 3.622.

## 7. Operações de crédito

### a) Composição das operações de crédito

Operações de crédito	31/12/2025					Total
	Carteira C1	Carteira C2	Carteira C3	Carteira C4	Carteira C5	
Capital de Giro	-	206.751	286.426	-	666	493.843
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	-	484.541	107	-	-	484.648
Desconto de Títulos	-	-	3.352	-	-	3.352
Conta Garantida	-	-	37	-	-	37
Cartão de Crédito	-	-	-	-	1.233	1.233
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>691.292</b>	<b>289.922</b>	<b>-</b>	<b>1.899</b>	<b>983.113</b>
<b>Outros Créditos</b>						
Títulos e créditos a receber	-	-	-	-	357	357
<b>Total – nota 7b</b>	<b>-</b>	<b>691.292</b>	<b>289.922</b>	<b>-</b>	<b>2.256</b>	<b>983.470</b>
Receitas Diferidas - TJEO	-	-	-	-	-	(1.652)
<b>Total das operações de crédito</b>						<b>981.818</b>

**b) Classificação das operações de crédito por nível de risco**

Classificação da Carteira por Nível de Risco	31/12/2025			
	Ativos não problemáticos	Ativos Problemáticos não Inadimplidos	Ativos Problemáticos Inadimplidos	Total
C1	-	-	-	-
C2	634.896	10.888	45.507	691.291
C3	268.431	4.723	16.769	289.923
C4	-	-	-	-
C5	1.671	25	560	2.256
	<b>904.998</b>	<b>15.636</b>	<b>62.836</b>	<b>983.470</b>

Provisão para Perdas Esperadas	31/12/2025			
	Ativos não problemáticos	Ativos Problemáticos não Inadimplidos	Ativos Problemáticos Inadimplidos	Total
C1	-	-	-	-
C2	13.959	5.225	31.815	50.999
C3	5.701	4.601	16.731	27.033
C4	-	-	-	-
C5	44	13	457	514
	<b>19.704</b>	<b>9.839</b>	<b>49.003</b>	<b>78.546</b>

**c) Distribuição das Parcelas por Faixa de Vencimento**

Ativos não problemáticos	31/12/2025					Total
	Carteira C1	Carteira C2	Carteira C3	Carteira C4	Carteira C5	
Vencidas	-	12.832	4.195	-	52	17.079
A vencer até 3 meses	-	77.314	48.627	-	1.001	126.942
A vencer até 12 meses	-	190.143	94.365	-	122	284.630
A vencer até 3 anos	-	296.909	97.940	-	241	395.090
A vencer até 5 anos	-	56.572	18.021	-	117	74.710
A vencer até 15 anos	-	1.127	5.284	-	138	6.549
<b>Ativos problemáticos não inadimplidos</b>						
Vencidas	-	293	147	-	-	440
A vencer até 3 meses	-	547	351	-	24	922
A vencer até 12 meses	-	2.511	1.749	-	-	4.260
A vencer até 3 anos	-	6.699	2.475	-	-	9.174
A vencer até 5 anos	-	644	-	-	-	644
A vencer até 15 anos	-	195	-	-	-	195
<b>Ativos problemáticos inadimplidos</b>						
Vencidas	-	21.866	10.242	-	560	32.668
A vencer até 3 meses	-	4.153	1.323	-	-	5.476
A vencer até 12 meses	-	8.812	2.591	-	-	11.403
A vencer até 3 anos	-	9.679	2.530	-	-	12.209
A vencer até 5 anos	-	996	83	-	-	1.079
<b>TOTAL</b>	-	<b>691.292</b>	<b>289.923</b>	-	<b>2.255</b>	<b>983.470</b>

**d) Composição da carteira por tipo de cliente e atividade econômica**

	31/12/2025
Transporte	852.451
Comércio	37.098
Pessoas físicas	3.848
Outros Serviços	90.073
<b>Total</b>	<b>983.470</b>

**e) Concentração dos maiores tomadores de crédito**

	31/12/2025		
	Valor	% sobre Carteira	% Sobre PL
10 maiores devedores	251.749	26%	195,29%
50 seguintes maiores devedores	591.347	60%	458,72%
100 seguintes maiores devedores	138.819	14%	107,68%
Demais devedores	1.555	0%	1,21%
<b>Total</b>	<b>983.470</b>	<b>100,00</b>	

**f) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

**Operações Crédito.**

		31/12/2025			
Carteira		Perda Incorrida	Provisão Adicional	Perda Esperada	Total
C1	Ativos não Problemáticos	-	-	-	-
C1	Ativos Problemáticos não Inadimplidos	-	-	-	-
C1	Ativos Problemáticos Inadimplidos	-	-	-	-
C2	Ativos não Problemáticos	-	13.955	4	13.959
C2	Ativos Problemáticos não Inadimplidos	-	5.001	224	5.225
C2	Ativos Problemáticos Inadimplidos	29.664	2.137	14	31.815
C3	Ativos não Problemáticos	-	5.171	-	5.171
C3	Ativos Problemáticos não Inadimplidos	-	4.823	278	4.601
C3	Ativos Problemáticos Inadimplidos	15.720	1.010	-	16.730
C4	Ativos não Problemáticos	-	-	-	-
C4	Ativos Problemáticos não Inadimplidos	-	-	-	-
C4	Ativos Problemáticos Inadimplidos	-	-	-	-
C5	Ativos não Problemáticos	-	38	-	38
C5	Ativos Problemáticos não Inadimplidos	-	13	-	13
C5	Ativos Problemáticos Inadimplidos	444	11	3	458
<b>Total</b>		<b>45.828</b>	<b>32.189</b>	<b>523</b>	<b>78.540</b>

Carteira		31/12/2025			Total
		Perda Incorrida	Provisão Adicional	Perda Esperada	
C5	Ativos não Problemáticos	-	6	-	6
<b>Total</b>		-	<b>6</b>	-	<b>6</b>

**g) A provisão para perda esperada apresentou a seguinte movimentação no semestre:**

	2º Semestre
<b>Saldo inicial</b>	<b>67.886</b>
Constituição	20.812
Reversão	(10.152)
<b>Saldo final</b>	<b>78.546</b>

	31/12/2025
<b>Saldo inicial</b>	<b>51.051</b>
<b>Adoção Inicial - Res. CMN 4.966 e Res. BCB 352</b>	<b>7.754</b>
Constituição	38.190
Reversão	(18.407)
Baixas de créditos contra prejuízo	(42)
<b>Saldo final</b>	<b>78.546</b>

A perda esperada é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. O valor reconhecido de provisão para perda esperada no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 19.783.

**h) Operações com cartões de crédito – A Faturar**

Outros Créditos	31/12/2025					Total
	Carteira C1	Carteira C2	Carteira C3	Carteira C4	Carteira C5	
Títulos e créditos a receber	-	-	-	-	357	357
<b>Total</b>	-	-	-	-	<b>357</b>	<b>357</b>

**i) Resultado das operações de crédito**

	2º semestre	Exercício
	2025	2025
<b>Rendas de Empréstimos:</b>		
Capital de Giro	52.624	102.320
Cartão de Crédito	426	938
Conta Garantida	912	1.397
<b>Rendas Desconto de Títulos:</b>		
Desconto de Títulos	338	761
<b>Rendas de Financiamento:</b>		
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	50.985	103.380
<b>Total</b>	<b>105.285</b>	<b>208.796</b>

**8. Créditos renegociados e recuperados de prejuízo**

**a) Renegociados:**

	31/12/2025
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	29.910
Capital de Giro	50.845
<b>Total</b>	<b>80.755</b>

**b) Recuperados de Prejuízo:**

	2º semestre	Exercício
	2025	2025
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	100	100
Cartão de Crédito	84	168
Capital de Giro	28	55
<b>Total</b>	<b>212</b>	<b>323</b>

## 9. Outros créditos

	<b>31/12/2025</b>
Ativos fiscais diferidos (a)	54.011
Impostos e Contribuições a compensar	2.427
Adiantamento para pagamento de nossa conta	4
Imposto de renda a recuperar	150
Pagamentos a ressarcir	129
Adiantamentos e antecipações salariais	56
Títulos e créditos a receber (i) (nota explicativa nº 7g)	357
Devedores diversos no País (ii)	171
(-) Perdas esperadas	(20)
	<b>57.285</b>

(i) Referem-se às operações de cartão de crédito faturadas e não vencidas e operações a faturar; e

(ii) Refere-se substancialmente a recebimentos de operações de crédito cuja liquidação é concluída em dia subsequente.

### (a) Ativos Fiscais Diferidos

Os ativos fiscais diferidos do imposto de renda e da contribuição social foram constituídos sobre as diferenças temporárias.

Em atendimento ao requerido pela Resolução nº 4.842/20 do CMN, o incremento, reversão ou a manutenção dos ativos fiscais diferidos deverá ser avaliada periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados.

Origem e movimentações dos créditos tributários:

	<b>IRPJ Diferenças Temporárias</b>	<b>CSLL Diferenças Temporárias</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31/12/2024	<b>28.400</b>	<b>17.040</b>	<b>45.440</b>
Constituição	13.917	8.350	22.267
Realização	(8.560)	(5.136)	(13.696)
Saldo em 31/12/2025	<b>33.757</b>	<b>20.254</b>	<b>54.011</b>

Composição do crédito tributário:

Descrição	Saldo 30/06/2025	Constituições / Reversões	Saldo 31/12/2025
<b>Diferenças temporárias</b>			
Operações de Crédito e Outros Créditos	27.154	1.348	28.502
Créditos Baixados como Prejuízo	22.988	(1)	22.987
Provisão para desvalorização de BNDU	381	164	545
Provisão para processos cíveis, trabalhistas e previdenciárias	2.067	(90)	1.977
<b>Total</b>	<b>52.590</b>	<b>1.421</b>	<b>54.011</b>

Descrição	Saldo 31/12/2024	Constituições / Realizações	Saldo 31/12/2025
<b>Diferenças temporárias</b>			
Operações de Crédito e Outros Créditos	20.420	8.082	28.502
Créditos Baixados como Prejuízo	22.970	17	22.987
Provisão para desvalorização de BNDU	278	267	545
Provisão para processos cíveis, trabalhistas e previdenciárias	1.772	205	1.977
<b>Total</b>	<b>45.440</b>	<b>8.571</b>	<b>54.011</b>

Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.842/20, o reconhecimento contábil dos ativos e passivos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias, deve atender, de forma cumulativa, a realização dos créditos tributários e possuir estudo técnico interno que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

A realização dos ativos fiscais diferidos está estimada da seguinte forma:

Ano	Diferenças Temporárias		
	31/12/2025		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
2026	6.321	3.792	10.113
2027	6.393	3.836	10.229
2028	4.166	2.499	6.665
2029	4.150	2.490	6.640
2030	4.180	2.508	6.688
+ 5 anos	8.547	5.129	13.676
<b>Total</b>	<b>33.757</b>	<b>20.254</b>	<b>54.011</b>

A Administração, com base nas suas projeções de resultados refletidas no estudo técnico aprovado, entende que irá auferir resultados tributáveis em mais de cinco anos para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações contábeis. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações contábeis. O valor presente dos créditos tributários é estimado em R\$ 38.657, sendo utilizada a taxa média de captação do período de 10,08% a.a.

## 10. Outros Valores e Bens

	31/12/2025
Imóveis (bens não de uso)	40.115
Veículos retomados ou recebidos (bens não de uso)	13.827
<b>Total</b>	<b>53.942</b>
Provisão para perdas em veículos retomados ou recebidos (bens não de uso)	(1.362)
<b>Total</b>	<b>52.580</b>

## 11. Depósitos e recursos de aceites cambiais

	31/12/2025		
	Depósitos a prazo (*)	Letras de câmbio (**)	Letras Financeiras (***)
<b>PÓS FIXADO</b>			
Até 3 meses	55.494	122	261
De 3 a 12 meses	313.459	639	148
Acima de 12 meses	566.535	15	65
<b>Total Pós Fixado</b>	<b>935.488</b>	<b>776</b>	<b>474</b>
<b>PRÉ FIXADO</b>			
Até 3 meses	3.305	1	-
De 3 a 12 meses	4.228	171	-
Acima de 12 meses	1.035	101	-
<b>Total Pré Fixado</b>	<b>8.568</b>	<b>273</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>944.056</b>	<b>1.049</b>	<b>474</b>

(\*) Do saldo de R\$ 944.056 o montante de R\$ 836.584 refere-se a captações em depósito a prazo sem compromisso de liquidez, com taxa média de 114,68% do DI, sendo que o montante de R\$ 101.490 refere-se à captação com garantia especial do Fundo Garantidor de Crédito (DPGE II - Depósito à Prazo com Garantia Especial), com taxa média de 106,03% do DI. No exercício de 2025 não foram realizadas aplicações financeiras com partes relacionadas.

(\*\*) Do saldo de R\$ 1.049 o montante de R\$ 776 refere-se a captações em letras de câmbio com taxa média de 116,73% do DI, e estão registradas na CETIP S.A. – Mercados. No exercício de 2025 não foram realizadas aplicações financeiras com partes relacionadas.

(\*\*\*) Do saldo de R\$ 474 refere-se a captações em letras financeira com taxa média de 120,25% do DI, e estão registradas na CETIP S.A. – Mercados. No exercício de 2025 não foram realizadas aplicações financeiras com partes relacionadas.

#### a) Outros Depósitos

	<b>31/12/2025</b>
Contas de Pagamento – Pré-Pago	24.330
<b>Total</b>	<b>24.330</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 houve despesa com operações de captação no mercado no montante de R\$ 154.322.

### 12. Outras obrigações

#### a) Fiscais e previdenciárias

	<b>31/12/2025</b>
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	52
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	466
Impostos e contribuições sobre salários	4
Provisão para impostos e contribuições diferidos	362
<b>Total</b>	<b>884</b>

#### b) Diversas

	<b>31/12/2025</b>
Provisão para pagamentos a efetuar	1.440
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota 13b1)	4.944
Parcelado lojista	106
Saldos a ressarcir aos portadores de cartão	261
Credores diversos – País	2.702
<b>Total</b>	<b>9.453</b>

### 13. Provisões, contingências ativas, passivas e obrigações legais

#### a) Ativos contingentes:

Em 31 de dezembro de 2025, não existem processos classificados pela Administração como ativos contingentes.

## b) Processos judiciais classificados como perdas prováveis e obrigações legais:

### b.1) Provisões trabalhistas, previdenciárias e cíveis:

São compostas, por demandas movidas por ex-funcionários com pedidos de horas extras e por ex-funcionários de empresas terceirizadas com pedido de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas indenizatórias. Neste saldo inclui-se também o montante de R\$ 4.944 relativos a provisões para cobertura de riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários, oriundos dos processos operacionais da Instituição. Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises individuais do valor potencial de perda para as ações, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

As provisões cíveis: são compostas, principalmente, por processos cíveis relacionados às operações de Cartões com pedido de indenização por danos morais e danos materiais, entre outros. São efetuadas análises individuais do valor potencial de perda considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer dos consultores jurídicos externos.

As movimentações das provisões para riscos e obrigações legais, ocorridas no exercício, estão abaixo apresentadas:

	2º Semestre			Exercício		
	2025			2025		
	Trabalhistas e Previdenciárias	Cíveis	Total	Trabalhistas e Previdenciárias	Cíveis	Total
<b>Saldo no início do semestre/exercício</b>	<b>5.083</b>	<b>84</b>	<b>5.167</b>	<b>4.367</b>	<b>63</b>	<b>4.430</b>
Constituições	495	121	616	1.851	201	2.052
Pagamentos	(210)	(38)	(248)	(296)	(94)	(390)
Atualização	(29)	1	(28)	(81)	1	(80)
Reversão	(543)	(20)	(563)	(1.045)	(23)	(1.068)
<b>Saldo no final do semestre/exercício</b>	<b>4.796</b>	<b>148</b>	<b>4.944</b>	<b>4.796</b>	<b>148</b>	<b>4.944</b>

### c) Processos judiciais classificados como perdas possíveis:

Em 31 de dezembro de 2025 os processos judiciais classificados como perdas possíveis estão representados por 2 processos de natureza trabalhista no valor de R\$ 883 e 27 processos de natureza cível no valor de R\$ 2.283 que somam R\$ 3.166, com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis estão representados, substancialmente, pelos processos de (i) ações revisionais de juros de contratos de empréstimos e financiamentos e (ii) ações indenizatórias decorrentes da realização de operações financeiras.

## 14. Patrimônio líquido

### a) Capital social:

O capital social é de R\$ 131.964, representado por 86.357.004 ações ordinárias, nominativas sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de dezembro de 2024, foi aprovado o aumento de capital de R\$ 4.250 com emissão de 3.133.642 ações ordinárias nominativas, através de JSCP, sendo o novo capital social de R\$ 131.964, representado por 86.357.004 ações ordinárias nominativas, homologado pelo Banco Central do Brasil em 14 de fevereiro de 2025 – Ofício 4562/2025

#### **b) Reservas Lucros:**

Reserva Legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reservas Especial de Lucros: Composta por lucros obtidos a serem destinados em Assembleia Geral Ordinária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não houve constituição de reserva.

#### **c) Dividendos**

##### **Dividendos distribuídos sobre reservas de lucros:**

Com base na reserva especial de lucros existente e confirmada no balanço intermediário de 2025, reserva essa no valor de R\$ 7.646 no primeiro semestre do referido ano a Companhia, sempre pautada em disposição de seu Estatuto Social e considerando a obrigatoriedade, também estatutária, da distribuição mínima obrigatória, correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, a Companhia, realizou a antecipação de dividendos, os quais, ao final, representaram o montante de R\$1.131. Entretanto, em decorrência do resultado apurado ao final do segundo semestre, a Companhia registrou prejuízo quando do encerramento do exercício social em 31/12/2025, sendo assegurada a aplicabilidade do disposto no art. 201, §2º da Lei nº 6.404/76. Ressalta-se que há expectativa de geração de lucros no primeiro semestre de 2026.

##### **Dividendos distribuídos sobre o exercício:**

No segundo semestre de 2025, foram distribuídos dividendos adicionais no montante de R\$ 435, com base na expectativa de geração de lucros ao longo do exercício. Contudo, em decorrência do resultado apurado ao final do segundo semestre, a Companhia registrou prejuízo quando do encerramento do exercício social em 31/12/2025. Há expectativa de geração de lucros no primeiro semestre de 2026.

#### **d) Remuneração do capital próprio:**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve pagamento de Juros sobre Capital Próprio.

As informações estão aderentes a Resolução nº 4.820, do CMN de 29/05/2020.

#### **e) Reserva estatutária:**

A Reserva Estatutária fica à disposição dos acionistas para futuro aumento de capital.

#### **f) Outros resultados abrangentes**

<b>Ajustes de avaliação patrimonial</b>	<b>31/12/2025</b>
Títulos e valores mobiliários	4
Efeito tributário	(3)
<b>Total</b>	<b>1</b>

## 15. Receitas de prestação de serviços

	2º semestre	Exercício
	2025	2025
Tarifas sobre operações de crédito	2.790	5.428
Tarifas sobre cartão	1.206	2.423
Receita comissões	46	96
<b>Total</b>	<b>4.042</b>	<b>7.947</b>

## 16. Outras receitas/despesas operacionais

### a) Outras receitas operacionais

	2º semestre	Exercício
	2025	2025
Outras rendas operacionais	26	39
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>39</b>

### b) Outras despesas operacionais

	2º semestre	Exercício
	2025	2025
Atualização de impostos	(56)	(83)
Provisões passivas	(20)	(754)
Outras despesas operacionais	(635)	(1.129)
<b>Total</b>	<b>(711)</b>	<b>(1.966)</b>

## 17. Outras despesas administrativas

	2º semestre	Exercício
	2025	2025
Despesas de processamento de dados	(9.977)	(18.955)
Despesas com serviços técnicos especializados	(2.064)	(4.604)
Outras despesas administrativas	(2.726)	(5.054)
Despesas de serviços de terceiros	(2.026)	(4.096)
Despesas com aluguéis	(2.116)	(3.929)
Despesas com honorários da diretoria	(1.589)	(3.143)
Despesas com veículos apreendidos	(366)	(1.705)
Despesas de viagens no País	(968)	(1.665)
Despesas do serviço financeiro	(309)	(944)
Despesas com depreciação e amortização	(511)	(1.061)
Despesas de comunicação	(437)	(877)
Despesas de propaganda e publicidade	(88)	(243)
Despesas de publicações	(3)	(77)
Despesas com relações públicas	(218)	(258)
<b>Total</b>	<b>(23.398)</b>	<b>(46.611)</b>

## Saldos e transações com partes relacionadas

### a) Transações com partes relacionadas

Descrição	31/12/2025	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Buspay S.A. – capital de giro	5.859	557
Caruana S.A. – Participações e Empreendimento (i) - capital de giro	1.803	163
Soma Participações S.A. – capital de giro	890	67
H.I.M. Empreendimentos e Participações S.A. – capital de giro	4.030	481

(i) Controlador.

## b) Remuneração da Administração

Os gastos com honorários da diretoria foram no montante de R\$ 3.143 em 31 de dezembro de 2025.

A Instituição concede benefícios de curto prazo aos empregados, tais como: participações nos lucros e benefícios não monetários, tais como assistência médica, vale alimentação e refeição. A Instituição não concede benefícios pós-emprego ou outros programas de remuneração de longo prazo.

## 18. Imposto de renda e contribuição social – Corrente e diferido

### a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	2º Semestre	Exercício
	2025	2025
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(6.761)	(7.958)
Adições	21.684	43.356
Exclusões	(16.731)	(26.958)
Base de cálculo	(1.806)	8.440
Alíquota vigente (nota explicativa nº 2.f)	40%	40%
Outras deduções	7	86
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(730)</b>	<b>3.290</b>
<b>Efeito do IRPJ e CSLL diferido</b>		
Sobre Diferenças temporários 2025	1.423	5.469
Diferenças Temporárias – Efeito Resolução CMN nº 4.966/21	-	3.104
<b>Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	<b>1.423</b>	<b>8.573</b>

## 19. Limites operacionais

A Instituição encontra-se enquadrada nos limites operacionais, apresentando a seguinte posição:

Limites operacionais	31/12/2025		
	Exigência (Limite)	Situação	Margem
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA - Resolução nº 4.958/21	83.496	130.330	46.834
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA - Resolução nº 4.958/21	62.622	130.330	67.708
Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA - Resolução nº 4.958/21	46.966	130.330	83.364
Adicional de Capital Mínimo Requerido para RWA – Resolução nº 4.958/21	26.093	46.834	20.741
Índice de imobilização - Resolução nº 4.957/21	65.165	3.039	62.126
PL realizado mínimo - Resolução nº 5.237/25	7.000	128.911	121.911
Capital realizado mínimo - Resolução nº 5.237/25	7.000	131.964	124.964
Índice de Basileia	10,50%	12,49%	1,99%

## 20. Processo de Gestão, Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e Ouvidoria

### a) Governança:

A Administração da Caruana entende que decisões colegiadas são fundamentais para a evolução da Instituição. Dessa forma, por meio de políticas, realizou a constituição de Comitês e Grupos de Trabalho, formados por componentes da própria Administração e por Gestores Seniores. Continuamos acreditando nos processos de gestão e que tal acultramento leva a Instituição às melhores práticas de governança corporativa estruturado de forma a garantir a devida segregação de interesses fundamentado nos princípios da transparência, estabilidade e eficiência operacional, necessários para o direcionamento da instituição em sua trajetória de crescimento e criação de valor.

### b) Controles Internos:

A Instituição vem desenvolvendo e aperfeiçoando os sistemas de Controles Internos, compatíveis com o tamanho e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos pela organização, tornando-os acessíveis a todos os colaboradores, assegurando que sejam conhecidos todos os processos e as responsabilidades atribuídas em seus diversos níveis. A instituição conta com ferramenta informatizada, sob gestão da Área de Controles Internos, cujo objetivo é acompanhar a execução dos controles relevantes e obrigações legais e regulamentares. Além disso, a área participa de diversas atividades, tais como, a normatização e padronização de políticas institucionais dos principais processos organizacionais, acompanhamento de mudanças legais que possam impactar as atividades e diretrizes organizacionais e o monitoramento de movimentações financeiras, à luz da normatização de prevenção à lavagem de dinheiro.

Para atendimento aos requisitos do Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (“PLD”), contemplamos nas rotinas diárias, sistemas, procedimentos e controles para as operações, de forma a normatizar, acompanhar, monitorar e agir nos casos suspeitos de lavagem de dinheiro e de financiamento ao terrorismo, detecção e prevenção de operações cujas características possam indicar a existência de crimes por lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores conforme a Lei nº 9.613/98, com a atuação sob a responsabilidade da unidade de Compliance e Controles Internos da Caruana, adotando sistemas de controles e de monitoramentos sobre operações ativas e passivas, imprimindo especial atenção à função cadastro, com a finalidade de prevenir a realização de operações que possam contrariar a regulamentação da prevenção à lavagem de dinheiro, entendendo ser sua responsabilidade subsidiária atuar no combate a operações da espécie.

A nossa estrutura proporciona, de forma independente e autônoma das demais áreas, a segurança operacional e confiabilidade, visando a busca da conformidade por meio de ações corretivas e preventivas necessária para a tomada de decisão do Comitê de PLD.

### **c) Gerenciamento de Riscos:**

No gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, e na gestão de capital, estamos realizando o acompanhamento e monitoramento com a frequência necessária à segurança das operações. Os investimentos complementares realizados no período são compatíveis com o tamanho e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos. A estrutura de Gerenciamento de Riscos da Caruana é composta pelo Gestor de Riscos, Grupo de Levantamento e Monitoramento de Riscos, Comitê de Riscos e Diretor Responsável por Gestão de Riscos, caracterizando-se pela atuação complementar e integrada de forma a suportar, avaliar e monitorar os processos, procedimentos e controles relacionados ao gerenciamento dos riscos. O detalhamento dos processos e as informações pertinentes à gestão de riscos, conduzidos pela Caruana, conforme determina a regulamentação em vigor, se encontram disponibilizados em relatório de acesso público, em nossa página da internet, na rede mundial de computadores.

Além disso, a Caruana utiliza tecnologias e ferramentas já existentes na atual estrutura, adaptadas às necessidades do mercado brasileiro, com o propósito de identificar, monitorar e mitigar, de maneira efetiva e contínua, com base no conjunto de normas e procedimentos, de ordem interna e externa, assegurando o cumprimento das determinações legais e regulamentares, com as melhores práticas de mercado.

### **d) Ouvidoria:**

Atenta aos direitos do consumidor, a Caruana mantém a Ouvidoria como canal de comunicação para o registro das manifestações dos clientes ([www.caruanafinanceira.com.br](http://www.caruanafinanceira.com.br)), buscando soluções tempestivas e mediando os conflitos, de acordo com as necessidades e exigências dos clientes. Entendemos que a Ouvidoria é um importante instrumento de gestão de processos, de qualidade dos serviços oferecidos aos nossos clientes e de controles internos. Os canais são divulgados nos instrumentos contratuais, bem como nos ambientes de visita física e eletrônica dos nossos clientes (escritório e página de internet), atendendo, registrando, esclarecendo e analisando às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços, bem

como encaminhando as respostas conclusivas aos demandantes das ocorrências. Elaboramos e disponibilizamos à auditoria interna e a Diretoria da instituição, semestralmente, relatório das atividades desenvolvidas pela ouvidoria.

## 21. Análise de sensibilidade

Em cumprimento ao artigo 35º, da Resolução BCB nº 2/20, a instituição realizou análise de sensibilidade através da aplicação do programa de Teste de Estresse, adotando os seguintes cenários descritos abaixo:

### Cenário I:

Aumento de uma faixa de atraso para as operações adimplentes, considerando 10% da carteira

### Cenário II:

Aumento de uma faixa de atraso para as operações adimplentes, considerando 20% da carteira

### Cenário III:

Aumento de duas faixas de atraso para as operações adimplentes, considerando 10% da carteira

	Efeitos no Resultado			
	Exposição Atual	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Risco de crédito	992.493.	(2.471)	(4.942)	(7.392)

## 22. Reconciliação entre as práticas contábeis adotadas até 31/12/2024 e as novas normas determinadas na Resolução nº 4.966/21 do CMN e na Resolução BCB nº 352/23

Patrimônio Líquido em 31/12/2024	140.781
Provisão para Perda Esperada	(7.754)
"Stop Accrual"	207
Efeitos tributários	3.019
<b>Patrimônio Líquido em 01/01/2025</b>	<b>136.253</b>

## 23. Eventos Subsequentes

Não houve eventos subsequentes até a data de aprovação das demonstrações contábeis.

### A Administração

David da Silva Teodoro  
Contador CRC SP 324105/O-0